

SEM, Amartya Kumar. Desenvolvimento como Liberdade.
Trad. Laura Teixeira Motta; revisão técnica Doniselli Mendes;
São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Prefácio

Vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, de um tipo que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás. Também tem havido mudanças notáveis para além da esfera econômica. O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como o modelo preeminente de organização política. Os conceitos de direitos humanos e liberdade política hoje são parte da retórica prevalecente. As pessoas vivem em média muito mais tempo do que no passado. Além disso, as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos da troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos.

Entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos — a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas eleitorais e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser encontradas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres.

Superar esses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento. O que procuramos demonstrar neste livro é que precisamos reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate a esses males. De fato, a condição de agente dos indivíduos é, em última análise, central para lidar com essas privações. Por outro lado, a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social. Essa é a abordagem básica que este livro procura explorar e examinar.

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento. Porém, para uma compreensão mais plena da relação entre desenvolvimento e liberdade, precisamos ir além desse reconhecimento básico (ainda que crucial). A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos. Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdade são empíricos e causais, e não constitutivos e compostivos. Por exemplo, há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras (como às vezes se pensa). Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações. Se o ponto de partida da abordagem é identificar a liberdade como o principal objetivo do desenvolvimento, o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento.

Esta obra salienta a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa. Concentra-se particularmente nos papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo *oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparéncia e segurança protetora*. As disposições sociais, envolvendo muitas instituições (o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública, entre outras), são investigadas segundo sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios.

O livro baseia-se nas cinco conferências que proferi como membro da presidência do Banco Mundial durante o outono de 1996. Houve ainda uma conferência complementar em novembro de 1997, versando sobre a abordagem geral e suas implicações. Apreciei a oportunidade e o desafio representados pela tarefa, e senti-me particularmente satisfeito porque o convite partiu de James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, cuja visão, habilidade e humanidade eu muito admiro. Tive o privilégio de trabalhar em estreita colaboração com ele como membro do conselho diretor do Institute for Advanced Study de Princeton e, mais recentemente, também acompanhei com grande interesse a força construtiva da liderança de Wolfensohn no Banco.

O Banco Mundial nem sempre foi minha organização favorita. O poder de fazer o bem quase sempre anda junto com a possibilidade de fazer o oposto; como economista profissional, houve no passado ocasiões em que me perguntei se o Banco não poderia ter feito muito mais. Essas reservas e críticas foram publicadas, por isso não preciso registrar a “confissão” de que acalento idéias céticas. Tudo isso tornou particularmente oportuno para mim ter a chance de apresentar ao Banco minhas idéias sobre o desenvolvimento e a elaboração de políticas públicas.

Apesar disso, este livro não se destina primordialmente aos que trabalham para o Banco, como funcionários ou colaboradores, ou para outras organizações internacionais. Também não se volta apenas para os responsáveis pelas políticas e planejamento de governos nacionais. Em vez disso, é uma obra geral sobre o desenvolvimento e as razões práticas que o fundamentam, e tem como

objetivo especial a discussão pública. Organizei as seis conferências em doze capítulos, para tornar a versão escrita mais clara e mais acessível a leitores não especialistas no assunto. De fato, procurei, dentro do possível, dar à discussão um caráter não técnico, e as referências à literatura mais formal — para os que quiserem consultá-la — encontram-se apenas nas notas. Acrescentei comentários sobre experiências econômicas recentes que são posteriores a minhas conferências (em 1996), como a crise econômica da Ásia (que confirmou alguns dos piores receios que eu havia mencionado nas conferências).

Em conformidade com a importância que atribuo ao papel da discussão pública como veículo de mudança social e progresso econômico (como o texto deixará claro), apresento este livro, em primeiro lugar, com vistas à deliberação aberta e ao exame crítico. A vida inteira evitei dar conselhos às “autoridades”. Com efeito, jamais atuei como consultor de governo algum, preferindo expor minhas sugestões e críticas — tenham elas o valor que tiverem — na esfera pública. Como tive a boa sorte de viver em três democracias com meios de comunicação em grande medida livres (Índia, Grã-Bretanha e Estados Unidos), não tenho tido razão para queixar-me de falta de oportunidade para a exposição pública de minha idéias. Se meus argumentos vierem a despertar interesse e conduzirem a mais discussões públicas sobre essas questões vitais, terei motivos para me sentir muito bem recompensado.